

HISTORIA DO RIO GRANDE DO SUL: A elaboração do currículo escolar da disciplina de história no ensino elementar da Primeira República

Cecilia Soares Mombelli¹

Resumo:

Este artigo tem como objetivo estudar a constituição do currículo de História no ensino elementar ao longo da Primeira República no Rio Grande do Sul, a partir da análise dos programas de ensino e dos livros didáticos aprovados pelo Conselho de Instrução Pública. Pretende-se compreender a importância dada ao ensino da história estadual e o espaço que conquistou no currículo escolar, contribuindo para a formação do cidadão gaúcho proposto pelo discurso dos governantes republicanos. Os marcos temporais abarcam a Reforma Curricular de 1897, incrementada em 1910, até a reelaboração do currículo em 1927. A História esteve presente no currículo escolar do Império brasileiro e da Província de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, durante todo o século XIX. Foi com o advento da República que a história regional começou a receber maior atenção. No Rio Grande do Sul, governantes de inspiração positivista assumiram o governo provincial. Entre suas propostas, estava a busca pelo progresso aliado a manutenção da ordem social e econômica, o que significava manter a mesma oligarquia no poder, evitando a transformação social. O sistema de educação castilhistas manteve o método de ensino tradicional, mas dedicou mais espaço para a história do RS para o ensino cívico, ajustando seu conteúdo pedagógico, e investiu nos materiais didáticos e na ampliação de leituras para o novo público escolar. Logo na primeira década de governo, foram aprovados para a adoção nas escolas elementares três títulos relacionados a história do estado: *História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico*, de João Cândido Maia (1898) e *O Rio Grande do Sul para as Escolas*, de José Pinto Guimarães (1898), além do livro de geografia *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul*, de Henrique Martins (1896). É esse crescimento da história do Rio Grande do Sul nos currículos, bem como uma produção bibliográfica própria, que a pesquisa pretende estudar, analisando a configuração do currículo de história durante a Primeira República. Este trabalho insere-se dentro dos estudos da História das Disciplinas Escolares.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social da USP, sob orientação da prof. Antônia Terra de Calazans Fernandes

A história no currículo escolar

A História esteve presente no currículo escolar do ensino secundário do Império brasileiro e da Província de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, durante todo o século XIX. Sua constituição como disciplina autônoma no Brasil veio com a fundação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1837, e permaneceu, em muitos momentos, atrelada também à Geografia (GASPARELLO, 2004, p. 67). Foi nesse estabelecimento que se produziram os primeiros livros didáticos de história do Brasil, contribuindo para a formação de uma identidade nacional, num país que rompera os laços com a metrópole e que precisava *pensar a nação e sua história*. A partir da década de 1861, com a publicação de “Lições de História do Brasil”, de Joaquim Manoel de Macedo, é que a escrita de compêndios corresponde ao projeto de “nação legitimado por uma instituição - o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e identificado a uma obra – a História Geral do Brasil de Varnhagen (1854)” (GASPARELLO, 2004, p. 112).

Nos Colégios e Liceus da Província de São Pedro, seguindo o modelo estipulado pelo Colégio Pedro II, a história também ocupava um lugar considerável (ARRIADA, 2007, p. 301). Eduardo Arriada, ao estudar o ensino secundário ao longo do século XIX, aponta o livro de Macedo como referência. O autor também salienta que a Província começa a ganhar atenção a partir do programa de 1859, na cadeira de Corografia, envolvendo os aspectos históricos e geográficos. Para seu estudo, é indicado o livro Anais da Província de São Pedro do Visconde de São Leopoldo (ARRIADA, 2007, p. 304), funcionário da coroa na Província e membro do IHGB. Nos Programas seguintes, a história do Brasil ganha novos contornos e a ênfase recai na história da Província.

Foi com o advento da República que a história regional começou a receber maior atenção. No Rio Grande do Sul, governantes de inspiração positivista assumiram o governo provincial. Entre suas propostas, estava a busca pelo progresso aliado a manutenção da ordem social e econômica, o que significava manter a mesma oligarquia

no poder, evitando a transformação social. Através disso, seria buscado o crescimento econômico, dominado pelo mesmo grupo de latifundiários e políticos. O primeiro governante positivista foi Júlio de Castilhos, seguido por Borges de Medeiros², que se manteve 25 anos no governo. As políticas seguiam a mesma proposta, fortemente influenciados pela doutrina positivista. A base era o ideário de Augusto Comte, adaptado as necessidades locais, formando dessa maneira um novo sistema - o *castilhismo*. Entre as suas características mais importantes destacavam-se a presença dominante do Poder Executivo e o seu comprometimento com o desenvolvimento capitalista. “Como Castilhos, o novo governador [Borges de Medeiros] aceitou os dogmas políticos do federalismo e do positivismo; defendeu a ortodoxia financeira e logrou obter superávit orçamentário em cada ano que esteve tutelado pelo chefe do partido” (LOVE, 1975, p. 82).

Se, no período imperial, a instrução pública recebia poucos investimentos e as escolas eram em número reduzido, foi na República que se promoveu o aumento das escolas por todo o país, buscando combater o analfabetismo, qualificar o trabalhador urbano e aumentar o número de eleitores. No Rio Grande do Sul, este “entusiasmo pela educação” também se manifestou com a expansão das escolas privadas e confessionais, e a criação das faculdades de Engenharia, Farmácia, Direito e Medicina, as quais formariam, em 1934, a Universidade de Porto Alegre³. Naquela época, percebia-se na educação estadual maiores influências do pensamento positivista, que buscava a construção de uma nova ordem científica, difundindo seus princípios por meio de livros didáticos, pelos professores ligados ao movimento, e pelo espírito que orientou a criação dos primeiros institutos teóricos e escolas de nível superior (LOURO, 1986).

Com a primeira reformulação do ensino público primário do Rio Grande do Sul, realizada em 1897⁴, a preocupação com os conteúdos a serem ensinados nas escolas do

²Júlio de Castilho assumiu o governo provisório em 1889 e permaneceu até a sua morte em 1898. Borges de Medeiros governou o estado duas vezes: de 1898 à 1908 e 1913 à 1928

³A Universidade de Porto Alegre dará origem a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O processo de institucionalização oficial da história no Rio Grande do Sul a partir da criação do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre (UPA), foi tema da dissertação de mestrado de Mara Rodrigues. RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS - 1943 a 1950. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 2002.

⁴Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1897 e 1906, p. 86. Porto Alegre – RS, Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.

Estado implicou na estruturação de novos programas escolares. O sistema de educação castilhista manteve o método de ensino tradicional, mas dedicou mais espaço para a história do RS para o ensino cívico, ajustando seu conteúdo pedagógico, e investiu nos materiais didáticos e na ampliação de leituras para o novo público escolar (ALMEIDA, 2007, p. 32). Logo na primeira década de governo, foram aprovados para a adoção nas escolas elementares três títulos relacionados a história do estado: *História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico*, de João Cândido Maia (1898) e *O Rio Grande do Sul para as Escolas*, de José Pinto Guimarães (1898), além do livro de geografia *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul*, de Henrique Martins (1896) (ALMEIDA, 2007, p. 23).

É esse crescimento da história do Rio Grande do Sul nos currículos, bem como uma produção bibliográfica própria, que a pesquisa pretende estudar, analisando a configuração do currículo de história durante a Primeira República. Este trabalho insere-se dentro dos estudos da História das Disciplinas Escolares. Essa linha de pesquisa vem ganhando força no Brasil a partir dos anos 1980, ao enfatizar que o conhecimento escolar vai além da proposta oficial dos governos, na medida em que entende as transformações de um saber que se torna escolar como resultado de uma série de injunções que assumem características específicas em cada espaço social e em cada época. Esse campo de estudos, segundo Bittencourt, possui a preocupação em “identificar a gênese e os diferentes momentos históricos em que se constituem os saberes escolares, visando perceber a sua dinâmica, as continuidades e descontinuidades no processo de escolarização” (BITTENCOURT, 2003, p. 15). As disciplinas escolares são vistas aqui não apenas como uma simples “transposição didática”⁵ do saber acadêmico, mas, antes, são um conjunto complexo e sutil de conhecimentos produzidos para e pela escola, em diferentes instancias institucionais.

A renovação da historiografia da educação, nos últimos anos, ampliou o campo de pesquisa sobre os conhecimentos e práticas escolares (SOUZA JUNIOR; GALVÃO, 2005). Esse novo olhar voltou-se também para a elaboração dos saberes que se ensinavam nas escolas e o que se considerava como essencial para a formação do cidadão. A preocupação era evidenciar a instituição escolar no seu funcionamento

⁵ A transposição didática foi proposta por Yves Chevallard e entende que os conteúdos escolares são adaptações dos saberes científicos.

interno, enquanto espaço de discussões e tensões entre os diferentes sujeitos envolvidos. No processo de construção da História como disciplina escolar, a definição de quais conteúdos deveriam ser ensinados e como poderiam ser transmitidos aos alunos se tornou central e esteve ligada diretamente às finalidades da educação de cada momento histórico.

Dentro da perspectiva da Cultura Escola, a constituição das disciplinas escolares vem questionando a elaboração de conteúdos e problematizado a seleção e implantação dos currículos escolares. Essa linha de pesquisa vem ganhando força no Brasil a partir dos anos 1980, ao enfatizar que o conhecimento escolar vai além da proposta oficial dos governos, na medida em que entende as transformações de um saber que se torna escolar como resultado de uma série de injunções que assumem características específicas em cada espaço social e em cada época. Esse campo de estudos, segundo Bittencourt, possui a preocupação em “identificar a gênese e os diferentes momentos históricos em que se constituem os saberes escolares, visando perceber a sua dinâmica, as continuidades e descontinuidades no processo de escolarização” (BITTENCOURT, 2003, p. 15). As disciplinas escolares são vistas aqui não apenas como uma simples “transposição didática”⁶ do saber acadêmico, mas, antes, são um conjunto complexo e sutil de conhecimentos produzidos para e pela escola, em diferentes instâncias institucionais.

A Disciplina de História

No processo de modernização do estado gaúcho, promovido governo republicano, a instrução pública recebia destaque. Era nas escolas que os novos cidadãos aprenderiam a comportar-se, desenvolver o físico e adquirir o espírito republicano. No entanto, o discurso ficava apenas no papel, pois a verba destinada a sua concretização era curta, as escolas continuavam sem estrutura física e o salário dos professores continuava baixo, como percebemos frequentemente nos Relatórios de Instrução Pública.

⁶ A transposição didática foi proposta por Yves Chevallard e entende que os conteúdos escolares são adaptações dos saberes científicos.

Organizado desde o primeiro momento entre Colégios Distritais, Escolas Elementares e Grupos Escolares, o ensino primário foi servindo aos interesses da República. No início do primeiro regulamento, em 1898, o primeiro artigo já anunciava os objetivos da educação: “A escola primaria tem por fim promover e dirigir simultaneamente o desenvolvimento moral, intelectual e physico das crianças, durante a idade escolar, e ministrar-lhe conhecimentos uteis á vida”⁷. O caráter prático era destaque, voltado para o fortalecimento físico e intelectual dos jovens, com aulas diárias de ginastica e moral e cívica, esta última devendo ser contemplada por todos os professores. O estudo passava a enfocar o conteúdo científico, que poderiam auxiliar no trabalho em fábricas ou nas atividades agrícolas. Na delimitação dos conteúdos ministrados nos colégios districtaes, a preocupação com um ensino mais prático do que intelectual fica bem definido:

Calligraphia; Portuguez; Elementos de língua franceza (gramatica e versão); Arithmetica (estudo complementar); Algebra elementar, geometria e trigonometria, geografia e historia, especialmente do Brasil e do Estado; Elementos de sciencia physica e historia natural applicaveis ás industrias, á agricultura e á hygiene; Noções de direito patrio, Desenho de ornato, de paisagem, figurado e topográfico; Musica por audição; Gymnastica.⁸

Entre os teóricos que influenciaram as decisões do Conselho de Instrução Pública, Herbert Spencer é o mais citado. Em seu livro, “Educação Intellectual, Moral Physica”, sucesso editorial por volta de 1860, o filósofo evolucionista examina os conteúdos válidos a serem ensinado nas escolas. A finalidade principal era preparar o homem para a vida completa, definido dessa forma os conhecimentos:

1º) atividades que diretamente contribuíram para a conservação própria do indivíduo; 2º) atividades que, assegurando as coisas necessárias à vida, contribuíram indiretamente para conservação própria; 3º) atividades que tinham por fim a educação e a disciplina dos filhos; 4º) atividades relativas ao procedimento social e às relações políticas entre as pessoas e, por último, 5º) atividades que preenchessem o resto da vida consagrada à satisfação dos gostos e dos sentimentos. (SOUZA, 2008, p. 22)

⁷ Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1898, p. 256. Porto Alegre – RS, Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.

⁸ Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1898, p. 164. Porto Alegre – RS, Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo o seu pensamento, na sociedade burguesa, a educação devia desempenhar função diferente, de acordo com as leis gerais da vida social. Essas leis eram as da luta pela vida. O valor da instrução e da educação devia ser considerado através do prisma das necessidades biológicas e sociais do indivíduo na sua luta pela vida (SUCHODOLSKI, 1984, p. 59). Para os inspetores, era preciso promover novos métodos de ensino que dessem conta da realidade do meio, através do desenvolvimento da ciência:

Emquanto tudo prossegue avante ao influxo das leis da evolução natural; enquanto, sob a suprema alçada d'essa mesma evolução, operam-se as gestões das nossas faculdades intelectivas, evidentemente demonstradas pelas suas aptidões crescentes para a cognição de fatos cada vez mais numerosos e complexos, conforme se depreende das sábias theorias de Spencer; os nossos methodos de ensino continuam rudemente estacionários, envoltos nos velhos preconceitos já derrocados pelos progressos da pedagogia contemporânea e imbuídos de theorias antiquadas, incompatíveis com as brilhantes conquistas da sciencia moderna.⁹

Inicia-se, assim, um ensino de matriz positivista e evolucionista, reforçando uma formação científica muito mais do que humanística. Os conhecimentos deveriam relacionar-se com a vida humana, preparando o aluno para sobreviver ao mundo industrial então em desenvolvimento e disciplinando seu corpo para obedecer às demandas do trabalho, mantendo a integridade física e moral. Rosa Fátima de Souza chama atenção para preocupação do filósofo com a educação moral, em conformidade com os valores da sociedade burguesa. Essa responsabilidade era assumida pela Escola, devendo o poder público controlar e determinar seu funcionamento e conteúdos ensinados. “Significava, por tanto, reconhecer a incapacidade das camadas populares em educar as crianças de acordo com as exigências da sociedade moderna. Era preciso impingir a racionalidade científica em todos os aspectos da vida social e a escola era a instituição mais adequada para esse tirocínio” (SOUZA, 2008, p. 27).

Para compreender essa modificação, é preciso considerar as mudanças no país, ocasionadas pelo processo de modernização que pretendia colocar o Brasil no caminho do progresso. A incorporação numa economia capitalista, trazia modificações na

⁹ Relatório do Inspetor Regional da 4a Região Escolar, José Penna de Moraes, no Relatório da Secretaria do Interior e Exterior de 30.07.1898, p. 439. Porto Alegre – RS, Arquivo Histórico do Estado Rio Grande do Sul.

estrutura economia, com o incremento de novas indústrias. Os novos empreendimentos econômicos na área industrial e a ascensão dos grandes centros urbanos estimularam a infra-estrutura urbana de transportes e edificações em todo o país. Collichio (1988, p.17), mostra que a elite brasileira adepta ao cientificismo – exacerbada convicção de que só é possível explicar e orientar o comportamento humano e a convivência social pela via da ciência positiva - buscava inserir o país, pela construção de sua história, na marcha da “civilização”. Para tanto, faz-se necessário educar esses novos cidadãos para serem incorporados a essa nova realidade. A instrução pública passa a ser estendida a toda a população, procurando incorporá-las a industrialização nascente. Agora não são apenas as classes dirigentes para formar, mas também os trabalhadores.

Esses futuros trabalhadores deveriam estar de acordo com o novo ideário republicano, sendo moralizados, higienizados e disciplinados através da escola. O latim, tão incentivado ao longo do século XIX, foi excluído do currículo, permanecendo apenas o francês e destacando a língua portuguesa no seu caráter prático, incentivando a escrita correta e a leitura. *O método intuitivo e pratico*, reforça esse caráter, propondo a observação do objeto simples para elevar-se a ideia abstrata, fazer comparações, generalizações e chegar ao raciocínio. Tudo isso fundado no exercício da memória. Nessa nova proposta, a história desenvolvia um papel fundamental, pois contribuía para a constituição de uma identidade nacional e a formação política dos alunos. Sua importância é contemplada na distribuição dos horários. Nas três classes definidos para o curso primário, a história está em todas as seções. Sua carga horaria, ao lado da geografia, era de 1 hora diária, na qual também se ensinaria a instrução cívica. Essa mesma carga horaria era compartilhada por Português, Ciências (dividido em aritmética, geometria, ciências físicas e naturais) e música vocal, enquanto que as outras disciplinas eram distribuídas entre a semana.

Os conteúdos eram direcionados para a compreensão do Brasil, realçando as suas riquezas naturais e os grandes acontecimentos históricos. Dessa forma, se despertava o sentimento nacionalista e o respeito pela pátria, tão importante para a consciência nacional. “O sentimento de pátria não deve ficar amortecido nos tenros corações dos nossos jovens patricios; é necessário que seja cultivado por incessantes referências aos sucessos da nossa historia, proveitosamente expostos”, explica José

Penna de Moraes, inspetor da 4ª região.¹⁰ Criava-se assim o imaginário social, repleto de grandes feitos e datas comemorativas. “Esta projeção implicou dar relevância à construção de uma subjetividade que, em paralelo ao processo concreto de modernização proposto, atuou na direção desejada pelos dirigentes do Estado, ou seja, dar suporte de legitimação e adesão ao projeto que estava sendo implantado” (CORSETTI, 2006, p. 11).

No currículo das escolas elementares elaborado em 1898, o conteúdo é totalmente voltado para a História Pátria, por meio de biografias e feitos heroicos. A proposta era “incutir e desenvolver nos alunos o amor a pátria. Esse ensino será assim o principal auxiliar da educação cívica e moral”¹¹. O objetivo da disciplina era deixar clara a ideia de civilização e do progresso da humanidade em geral e sentir-se fazendo parte desse processo. A linha evolutiva inicia com a chegada dos portugueses, através dos grandes personagens: Colombo, Thomé de Souza, Anchieta, Henrique Dias, Camarão, Tiradentes, D. Pedro I, D. Pedro II, Bento Gonçalves, Duque de Caxias, Marechal Deodoro¹², chegando até a emancipação dos escravos e proclamação da República. Na Terceira Classe, o Rio Grande do Sul ganha um capítulo especial, desde as primeiras excursões ao estado, a colonização açoriana, a Revolução de 1835 até Movimento abolicionista e propaganda republicana no Rio Grande do Sul¹³. A História Universal aparece apenas nas Escolas Complementares, seguindo a mesma lógica evolutiva: as grandes civilizações clássicas (Grécia e Roma em especial), os reinos da Idade Média, os descobrimentos, Renascença das letras, ciências e arte, o império francês e a independência da América.

A modificação nos currículos não foi a única iniciativa em construir uma história regional. No período da Primeira República, foi criado o Museu Estadual no decreto de 30 de janeiro 1903¹⁴ - atualmente Museu Julho de Castilhos - e foi fundado, com

¹⁰ Relatório do Inspetor Regional da 4ª Região Escolar, José Penna de Moraes, no Relatório da Secretaria do Interior e Exterior de 30.07.1898, p. 439. Porto Alegre – RS, Arquivo Histórico do Estado Rio Grande do Sul.

¹¹ Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1898, p. 164. Porto Alegre – RS, Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul

¹² Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1898, p. 262. Porto Alegre – RS, Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul

¹³ *Ibidem*, p. 272

¹⁴ Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1903, p. 86. Porto Alegre – RS,

recursos do Estado, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 1921. Essa instituição era responsável por escrever e divulgar a história gaúcha, louvando os grandes feitos e homens dessa terra. Também foi instituído o dia 20 de setembro como feriado estadual em homenagem à Revolução Farroupilha. Juntas, essas medidas incentivavam a criação de uma cultura histórica.

O currículo escolar de história pouco se modificou do Império para a República no ensino secundário e apresentou pouca modificação nos seus conteúdos. Muitos conteúdos foram repetidos de um programa ao outro e incorporou-se novos personagens republicanos na lista herdada do Império. A ênfase recai na História Mundial e Pátria, valorizando os grandes feitos históricos. O Rio Grande do Sul entrava no currículo após trabalhar essas duas temáticas, enfocando uma perspectiva, que ia do mais geral ao particular. Usava-se o exemplo de heróis para tratar dos temas, revivendo as figuras de Colombo, Cabral, Anchieta, Tomé de Souza, Tiradentes, D. Pedro I, D. Pedro II, Bento Gonçalves, Duque de Caxias, Deodoro e Floriano.

A valorização da República aparece também na seleção das comemorações escolares. No Regulamento de 1927, algumas datas são indicadas para serem lembradas oficialmente, sejam elas nacionais e estaduais, a saber:

24 de fevereiro (promulgação da Constituição Federal), 21 de abril (glorificação de Tiradentes, como expressão dos movimentos patrióticos antes da Independência), 3 de maio (descobrimiento do Brasil), 13 de Maio (abolição da escravatura), 14 de julho (independencia dos povos americanos e promulgação da Constituição do Estado), 7 de setembro (proclamação da independência nacional), 20 de setembro (Republica de Piratiny), 12 de outubro (descoberta da America), 15 de novembro (proclamação da República) e 19 de novembro (instituição da bandeira nacional).¹⁵

Nesses dias, os professores deveriam fazer, além de sua aula sobre esses temas, “hynnos e cantos cívicos, de molde a despertar nos alunmos sentimentos de amor a pátria”.¹⁶

Essa preocupação com o ensino cívico e moral dos alunos está presente em todos os Regulamentos de Instrução Pública. Abria-se espaço para a valorização do dever republicano, como sendo o topo do processo evolutivo. O Rio Grande do Sul ganha destaque ao final, enaltecendo os heróis farroupilhas que lutavam pelos princípios republicanos desde o Império. A história ganha novos tons, desempenhando um papel patriótico e fornecendo exemplos aos futuros cidadãos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maximiliano Mazewski Monteiro de. **Mandado adoptar : livros didáticos de História e Geografia do Rio Grande do Sul para as escolas elementares (1896-1902)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2007.

ARRIADA, Eduardo. **A Educação Secundária na Província do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS, 2007

BITTENCOURT, C. M. F. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In OLIVEIRA, M. A. T. de; RANZI, S. M. F. (Orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003

COLLICHIO, Theresinha Alves F. **Miranda Azevedo e o darwinismo no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988

CORSETTI, Berenice. O pensamento social e educacional no Rio Grande do Sul da Primeira República. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**, Goiana, 2006. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo06/Berenice%20Corsetti%20-%20Texto.pdf>. Acessado em 20/03/2013

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de Identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu Editora, 2004, p. 67.

LOURO, Guacira. **Prendas e antiprendas: Uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado não-publicada, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1986.

LOVE, Joseph L.. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo : Perspectiva, 1975

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

SOUZA JUNIOR, Marcilio; GALVÃO, Ana Maria. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, set./dez. 2005

SUCHODOLSKI, Bogdan. **A Pedagogia e as Grandes Correntes Filosóficas**. 3. ed. Lisboa : Livros Horizontes, 1984.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.